

**DIALÉTICA E DIALÉTICAS:
UMA CRÍTICA DO RACIONALISMO TEÓRICO DE ESQUERDA, VISANDO À
SUPERAÇÃO DO SECTARISMO POLÍTICO NA ACADEMIA**

**DIALECTICS, A PLURAL CONCEPT:
THE CRITICISM OF LEFTIST THEORETICAL RATIONALISM AIMING AT
OVERCOMING POLITICAL SECTARIANISM IN ACADEMIC STUDIES**

**DIALÉCTICA E DIALÉCTICAS:
UNA LECTURA CRÍTICA DEL RACIONALISMO TEÓRICO DE IZQUIERDA CON
EL OBJETIVO DE SUPERAR EL SECTARISMO POLÍTICO EN LA ACADEMIA**

Eneas de Araújo ARRAIS NETO¹
Jerciano Pinheiro FEIJÓ²
Antonia de Abreu SOUSA³

RESUMO: Este ensaio apresenta uma perspectiva atualizadora da Dialética marxista tradicional, de matriz racionalista e objetivista. É estudo teórico que vislumbra a relação unitária entre elementos tidos como opostos: a racionalidade objetiva dos processos produtivos da sociedade e a subjetividade do mundo da cultura. Elaboro a crítica ao divisionismo político de vários grupos que se declaram dialéticos, expondo uma avaliação histórica da disseminação da dialética a partir do marxismo político-partidário. Tece uma interpretação da “ortodoxia” atrelada à disputa de poder oriunda dos partidos. Como complemento, expõe a ideia de que a Dialética tradicional, com toda a riqueza metodológica que representa, ficou limitada à perspectiva da consciência, podendo ser enriquecida com estudos do inconsciente e estudos da subjetividade. Aponta como contribuições enriquecedoras à Dialética, a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e estudos da psique humana.

Palavras-chave: Dialética. Epistemologia. Gnosiologia. Teoria Crítica. Inconsciente.

ABSTRACT: *This essay develops a critique of the traditional perspective of Dialectics. Departing from the general characteristics of dialectics, the author presents the historical development and world spread of the theory as deriving from the political parties that were the very nests of the theory. The political dispute, for that reason, was placed in the centre of supposed theoretical and methodological conflicts among leftist groups. The paper also presents the author's version of an enriched and enlarged perspective of an epistemologic theory that could put together the achievements of the 'classical' dialectics and the contributions of the theories of 'psique' brought through the Critical Theory of 'The Frankfurt School' and the studies of 'psique' and unconscious developed by psychoanalysis and other theories of psychology.*

Keywords: *Dialectics. Epistemology. Critic Theory. Subjectivity. Unconscious.*

RESUMEN: *Esto ensayo presenta la crítica de la dialéctica marxista tradicional, de tono racionalista y objetivista. Metodológicamente, es estudio teórico que vislumbra la posible unidad entre elementos considerados opuestos: la racionalidad objetiva de la sociedad y la*

¹ Doutor em Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, Sobral/Ceará, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5919-4554> E-mail: eneas_arrais@hotmail.com.

² Doutorando e Mestre em Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, Caucaia/Ceará, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7731-1283> E-mail: jercianof@gmail.com.

³ Doutora em Educação. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE, Fortaleza/Ceará, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4970-4079> E-mail: tonia_abreu@hotmail.com

subjetividad del mundo cultural. El autor desarrolla la crítica del divisionismo político entre los diversos grupos que se declaran dialécticos. Al exponer una evaluación histórica de la dialéctica a partir del marxismo político partidista, teje una interpretación de "ortodoxia" vinculada a la lucha de poder. Expone la idea de que la dialéctica tradicional fue limitada a la perspectiva de la conciencia, sin tener en cuenta las contribuciones de los estudios del mundo de la cultura. Señala como contribuciones innovadoras y enriquecedoras a la Dialéctica, la Teoría Crítica de la Escuela de Frankfurt y las contribuciones de los estudios de la psique humana.

Palabras clave: *Dialéctico. Epistemología. Gnosiología. La teoría crítica. Inconsciente.*

Dialética e Dialéticas: uma introdução à questão

Quando nos referimos à Dialética, numa primeira aproximação, aparenta-se falar de uma perspectiva teórica e epistemológica unificada, algo como um conjunto articulado e harmônico de pensamento, em geral associado às perspectivas críticas nas Ciências Sociais e Humanas. É necessário esclarecer, de princípio, que este texto não pretende defender esse tipo de percepção, nem sob o aspecto de que suas várias correntes e perspectivas sejam organicamente ou sistematicamente articuladas, ou mesmo que possam constituir uma tessitura linear ou acumulativa. Pelo contrário, nos parece razoavelmente tranquilo para qualquer observador sincero notar que entre as várias vertentes que se ab-rogam o título de dialéticas reina, mais das vezes, debate, oposição, contradições, conflitos e enfrentamentos ou, em alguns casos, compreendem que estabelecem complementação e enriquecimento mútuo.

Os entraves e disputas políticas, de poder, de comando, seja no âmbito partidário ou das disputas interpessoais, acadêmicas ou profissionais se apresentam sempre como um obstáculo concreto à possibilidade de convívio com a alteridade, obstáculo geralmente não reconhecido pelos sujeitos sociais envolvidos na questão, o que se torna ainda mais estranho quando se apresenta como expressão de uma teoria que advoga a racionalidade como eixo motivador da ação humana.

Os representantes de qualquer corrente dialética se assumem como pensadores das classes subalternas na sociabilidade capitalista. Perfeitamente reconhecidos como integrantes de uma unidade teórico-prática-política por seus antagonistas da direita social que os combate indiscriminadamente, a unidade política das esquerdas tem como elemento dificultador interno justificativas embasadas em diferenças mínimas de concepção, de estratégia de ação ou mesmo de movimentos táticos que não justificam as divergências e contraposições, senão pela irracionalidade dessas questões de cunho emocional e afetivo. O divisionismo (que é a divisão assumida como proposta) dos partidos brasileiros de origem marxista (todos autoproclamados dialéticos) somente encontra explicação nas disputas pela primazia da liderança popular. Na

medida em que se considera que a práxis revolucionária correta é a que permite o acesso ao poder político de Estado, esse critério assume a condição de validação teórica que o desenvolvimento das táticas e estratégias políticas busca justificar com um discurso político autorreferenciado.

Para que compreendamos a origem dessa questão, é importante contextualizar o surgimento da dialética marxista como questão determinante do caráter daquilo que Gramsci (1987) vai chamar “Teoria da Práxis”. Ao tomarmos a Dialética Marxista em seu formulador, (cf. IANNI, 1992) deve-se partir do debate entre Marx e a dialética hegeliana que lhe é anterior, de matriz idealista. Marx, rompe com o idealismo hegeliano e elabora o Materialismo Histórico como base fundamental do pensamento dialético, repondo a fundação da Dialética não sobre o movimento das Ideias (do Espírito, como diria Hegel) mas sobre o movimento real da sociabilidade humana: o processo de produção da própria vida (realidade) pelos seres humanos articulados em relações sociais (ILYENKOV, 1982). Ao “repor a dialética sobre seus pés”, retirando-a da posição invertida determinada pelo hegelianismo, que considerava que as ideias eram a base fundante da realidade e a produção social era o topo por ela determinado, Marx não apenas rompe com Hegel, mas, num movimento mais amplo, rompe com o academicismo dos *Jovens Hegelianos*.

Marx se contrapõe inicialmente em sua obra a todo este grupo, que apesar da prática política contestatória ao *status quo* político alemão, restringia sua atuação aos embates teóricos de cunho acadêmico. A conhecida formulação de Marx: “Os filósofos pensaram o mundo de diversas maneiras. O que interessa é transformá-lo”, expresso nas “Teses contra Feuerbach” representa claramente não apenas a ruptura que vivenciava o grande pensador em relação a seu grupo originário, mas exprimia nas entrelinhas seu movimento de aproximação com outra realidade de práxis política que encontrara na França: aquela de intelectuais articulados aos movimentos sociais e operários (BENSAID, 2014).

Essa nova práxis política de atuação na rua, em reuniões por vezes clandestinas, nas associações populares e operárias, constituía uma forma profundamente diferente de sua atuação jornalística anterior. Na França, principalmente, e Bélgica, emergia um movimento contestatório popular no qual os intelectuais agiam como membros articuladores, estruturadores ideológicos e propagadores de suas ideias, sem deixar de ser ativos nas confrontações políticas diretas, o que aponta para a permanência da influência exemplar da Revolução Francesa e do Iluminismo.

A aproximação definitiva da ação revolucionária após passar pela expulsão da França e pelo exílio na Bélgica, foi reforçada quando se incorporam (Marx e Engels) à direção da Liga

dos Justos, tornada logo a seguir Liga dos Comunistas, o que consolidou e expandiu esse movimento de forma definitiva. Essa mudança da ação fundamentalmente intelectual de base acadêmica (a Filosofia que apenas pensava o mundo) para uma práxis de atuação política e social concretizada em movimento e ação popular e operária será elemento definitivo para costurar o desenvolvimento interdisciplinar característico de Marx (Filosofia Alemã, Socialismo e lutas sociais Franceses e Economia Política Inglesa – numa leitura da totalidade histórica).

A busca de apreensão da totalidade histórica como unidade leva-o a aproximar-se, ademais, dos estudos centrados sobre o capitalismo, seu movimento real e sua compreensão categorial e teórica, expressos na Contribuição à crítica da Economia Política, nos *Grundrisse* (Riscos no Chão – Projeto – Planteamento - Delineamento que se fazia para construção de edifícios) e, conclusivamente, em *O Capital*, sua obra definitiva, apesar de interrompida (neste sentido, incompleta).

Esse nascimento do marxismo político vinculado principalmente aos partidos operários – partidos comunistas - teve influência definitiva no caráter de como a Dialética Marxista foi difundida e compreendida até recentemente. De fato, a Dialética, bem como o Materialismo Histórico, não foram difundidos como teorias de academia, não foram divulgados inicialmente por professores em cursos universitários, não foram assumidos originalmente por correntes acadêmicas com o status de debate epistemológico ou teórico-empírico. Conquanto houvesse sempre militantes socialistas que foram paralelamente grandes intelectuais de seu tempo, a Dialética Marxista (e o Materialismo Histórico) se desenvolveu como irmã siamesa do marxismo político partidário, e dessa influência partidária derivou muito esse elemento que reflete disputas de poder que sublinhamos neste estudo.

No século XX, a entronização do Marxismo Soviético (Diamat – Materialismo Dialético, na expressão conhecida a partir do centralismo político e ideológico do estalinismo) como critério de verdade teórico-prático e metodológico tornou-se um ponto de inflexão definitivo nesse sentido. O estabelecimento da primeira revolução popular vitoriosa sob o manto do Socialismo Científico, na Rússia em 1917, pode ser muito claramente definido como fato explicativo ou deflagrador dessa compreensão equivocada da práxis (pensada como vitória política efetiva) como critério de verdade. Merleau-Ponty; (2006), chama a atenção para a passagem da Revolução Soviética enquanto movimento social contestatório e revolucionário, para a estabilização e cristalização, necessárias para a manutenção do projeto bolchevique após a tomada do poder político, e as mudanças de postura políticas decorrentes dessa mudança de eixo.

A partir da nova conjuntura sócio-política permitida pelo controle do Aparelho de Estado na Rússia, e baseada em uma leitura descontextualizada da expressão de Marx nas teses contra Feuerbach “a práxis é o critério da verdade histórica”, essa concepção de que a conquista do poder pelo partido significava o domínio correto da teoria marxista, determinou a posição política de necessário apoio e adesão ao Partido Comunista da União Soviética - PCUS, agora instalado no poder, como fonte da verdade revolucionária. Abriu-se espaço, a partir desse contexto histórico de embates, para a consolidação de concepções particulares instauradas a partir da disputa pelo poder soviético (MERLEAU-PONTY, 2006). Concatenou-se a vitória política do estalinismo e seu domínio sobre a estrutura partidária, com a determinação de posse de uma verdade excludente, justificada com apelo a uma construção discursiva que utiliza termos e categorias da dialética sem, entretanto, honrá-la em seu caráter fundante.

Como consequência dessa tautologia (se eu fui vitorioso é porque tenho a verdade e o que digo é verdade porque supostamente é fruto da vitória da práxis revolucionária que eu represento) pode-se autoproclamar a verdade, elaborando uma ortodoxia interpretativa que ditatorialmente passou a definir o pensamento divergente como contrarrevolucionário, burguês ou equivocado de nascença, por heterodoxia, obviamente a partir da definição contrita da ortodoxia (opinião correta), elaborada pelo comando do PCUS. Cabe perceber que este tipo de posicionamento, geralmente atribuído ao estalinismo, expandiu-se genericamente numa postura comum para um amplo espectro das correntes políticas e, posteriormente, acadêmicas do marxismo. Entenda-se que a perspectiva acadêmica não acontece num campo neutro, socialmente asséptico, desvinculado de interesses políticos e partidários ou disputas de poder.

Isto posto, é forçoso aceitar que o desenvolvimento mesmo de uma perspectiva crítica desinteressada, de uma Dialética não partidária, como a que advogamos, deve ser entendido e situado num campo de interesse que não deixa de ser também político. A concepção de unidade complexa de aspectos ou enfoques diversos que se depreenderá dessa reflexão não se apresenta como imune ou politicamente desvinculada. A busca da superação do sectarismo político, que decorre e ao mesmo tempo alimenta o sectarismo teórico-ideológico na academia, também é uma posição política e faz parte de um contexto de práxis sócio-política definido.

O suposto desinteresse partidário ou não sectário que assumimos e buscamos expressar conscientemente numa formulação acadêmica e epistemológica crítica, faz parte de forças vivas tanto na academia quanto na luta popular e nos embates políticos. Ele também decorre de posições políticas que não encontram na atitude divisionista dos partidos e correntes existentes sua expressão adequada ou neles não se reconhecem. Não se pode presumir conseqüentemente uma posição purista. Cabe-nos sempre assumir a autoanálise inicial e a explicitação do

reconhecimento de nossa própria perspectiva como situação específica. Nisso está a clareza necessária e a forçosa humildade teórica do pesquisador acadêmico.

Aspectos de unidade na Dialética

Quando dizemos da dialética como conjunto articulado, queremos declarar que para um sujeito que exercite a ação de pensador não somente crítico, como autocrítico, e busque a construção de um saber que lhe norteie a práxis, é possível conjugar consistentemente o aporte de várias correntes que se aproximam metodologicamente, mas que se digladiam em busca da liderança no movimento político ou acadêmico do marxismo. Para início dessa reflexão, é importante reconhecer que conhecimento é sempre e apenas uma aproximação do real (Kosik, 1976), com limitações de aceitação necessárias. A realidade é inesgotável em sua complexidade que, como dialéticos, reconhecemos que é irredutível ao conhecimento. A Dialética reconhece que o saber humano nunca é definitivo ou completo, tendo na parcialidade, contexto e temporalidade, elementos de limitação permanentes.

Desta forma, este saber, mesmo que dialeticamente considere o movimento da realidade, sua pluralidade, complexidade e contradição, é sempre e apenas uma aproximação da verdade, aquela verdade que seria explicação completa ou definitiva dos processos sociais. Conquanto permite o desvelamento da estrutura da ação social-histórica em termos de concepção geral dos elementos constitutivos do processo histórico analisado, nunca atinge o esgotamento de todos os aspectos possíveis que efetivamente intervieram em sua realização e tem sempre uma perspectiva específica, expressa um ângulo de enfoque da questão que não exaure os problemas e a complexidade viva da totalidade analisada.

Comprendemos dialeticamente, a partir de Marx e com Marx, que é possível entender aproximadamente os processos e fatos históricos porque eles são construídos pelos seres humanos por sua ação social, dentro de contextos que os condicionam e a partir dos quais buscam imprimir seus interesses, sejam pessoais ou coletivos. (LEFEBVRE, 2011). Se nós humanos construímos a realidade social - e não os deuses ou outra força natural ou sobrenatural - mesmo que a partir de necessidades e condicionamentos naturais e sociais, o conhecimento é, então, a busca, a partir de determinadas perspectivas, de explicitação e exposição clarificada dessas estruturas da ação humana que criam a história e seus fatos.

Tomando esses dados, e reconhecendo que não é pequeno e não se assume como simplório o salto que será proposto a seguir, cabe admitir que partimos todos de uma base comum neste vasto campo abrangido pela identificação de Dialética. Esse elemento

fundamental de como se configura a compreensão da irreducibilidade do ser (realidade histórica) ao pensar (teoria), se mostra como nuclear e exprime uma necessária característica de humildade essencial para uma metodologia - a Dialética epistemologicamente como método de investigação da realidade social - que percebe que o conhecimento não esgota o real. A verdade definitiva ou completa é inacessível por não termos conhecimento exaustivo de todos os elementos da ação humana, em todos os sujeitos históricos envolvidos na construção da realidade, nem de suas múltiplas e complexas relações em meio a estruturas postas que a configuram como fato histórico.

A aceitação desta premissa, entretanto, não desfaz a possibilidade de desvendamento aproximativo do conhecimento, quando elabora mentalmente a reestruturação sintética da teia entrecruzada da ação humana constituinte de um processo histórico. Neste sentido, Karel Kosik (1976) formula uma expressão esplêndida: O real concreto é o real pensado. A realidade imediata, captada pelos sentidos, é enganosa, aparente, pseudo-concreta. Dela partimos, pois ela é que nos provoca a ação e reflexão como elemento primário, mas dela devemos nos afastar, nos desviando do meramente observável, mensurável e palpável, pela abstração.

Neste sentido, a atividade analítica da Dialética Marxista não é meramente a desconstrução ou o desmonte de peças objetivas do corpo da realidade (parafrazeando Émile Durkheim), constitui também o afastar-se dessa pseudo-concretude objetual (ligada aos dados e características do objeto), em busca de suas relações abscônditas, aquilo que se encontra expresso em sua realidade sem, entretanto, manifestar-se expressamente ou diretamente nela. Busca-se a verdade do desvendamento dessa estrutura constitutiva-explicativa da realidade imediata-aparente, agora apresentada em suas reais correlações de existência, como um caminho brumoso no qual dispomos de bússola, mas não de trilhos, o que não nos impede eventos de quedas, tropeços e desvios.

Tomaremos igualmente como posto e aceito por todas as correntes em questão, para além de suas divergências, o caráter dinâmico da realidade, aspecto central do pensamento dialético desde Heráclito, na Grécia antiga. O movimento, implicando em mudança e transformação, é expressão de uma pluralidade articulada em totalidades que incluem e expressam em unidades (o todo) os elementos contraditórios e conflituosos. Concebe-se o estabelecimento de um movimento complexo, mas não caótico, embora por outro lado, um movimento não linear, não orgânico, não sistêmico, dos processos históricos⁴. Poderíamos chamá-lo de movimento conexo na totalidade unitária complexa.

⁴ A obra de Karel Kosik: *A Dialética do Concreto* (1976) é, neste sentido, uma excelente referência, além de, provavelmente a mais utilizada e aceita acerca da explicitação da construção dialética do conhecimento.

É interessante, acrescenta-se, analisar a forma complexa, de base interdisciplinar, mas com caráter transdisciplinar, assumida pelas análises elaboradas pelo próprio Marx, mormente em suas obras posteriores ao acerto de contas com o hegelianismo. (MCLELLAN, 1990). Essa Interdisciplinaridade característica do pensamento Marxiano, que estrutura um conhecimento unitário complexo da realidade, é incomum ainda hoje e foi seminal em seu tempo, sendo um aspecto que causa em alguns a incompreensão não apenas de sua obra, mas de sua perspectiva, levando a oposição por parte de intelectuais conservadores e de todos que utilizam apenas a lógica formal e pensamento unidisciplinar.

É neste sentido que se pode entender a objeção que as várias áreas de conhecimento acadêmico especializado expressam acerca da obra do velho diabo⁵, negando-lhe o direito de ser tido como economista pelos economistas, reconhecimento igualmente negado pelos filósofos e sociólogos de matiz corporativista, e que encontra respaldo em vários outros campos acadêmicos profissionais (História, Educação e outros). É característica estruturante dessa profissionalização do fazer e do pensar, o fato de que observem o mundo a partir de seu viés particular e especializado, inclusive na utilização de linguajar e jargão próprios. Marx é um economista ou sociólogo, dizem os que observam o mundo a partir da filosofia pura; é um filósofo ou político, dizem os economistas de formação clássica; é economista ou filósofo, dizem os sociólogos ou historiadores de matiz positivista ou funcionalista.

Poderíamos dizer que estão todos certos e, a partir dessa mesma constatação, que estão todos errados. A superação dessa suposta antinomia (estarem ao mesmo tempo certos e errados) está na perspectiva não apenas multidisciplinar, mas interdisciplinar e totalizante que assume a análise de Marx acerca dos fenômenos históricos, articulando áreas diversas do conhecimento e entrecruzando enfoques complementares em unidades sintéticas complexas que incorporam compreensão da economia, das relações sociais, de processos históricos, pensados como totalidades unitárias compreendidas e expressas a partir de categorias filosoficamente articuladas. Explicitamente, sua análise combatia o enfoque especializado parcial, considerado por Marx a origem dos equívocos no conhecimento social. Marx se configura, desse modo, como um pensador da complexa realidade social total. Não analisa com o olhar de especialista parcial, limitado a uma área específica. Eis a dificuldade dos especialistas de compreendê-lo e situá-lo.

Entretanto, essa característica necessariamente plural, complexa e multidisciplinar do pensamento expresso na obra de um pensador prodigioso, foi reduzida, por vezes, à

⁵ “old Nick”, alcunha amistosa com que o ‘velho’ Marx era chamado pelos companheiros políticos.

simplificação do desvendamento da estruturação de forças econômicas que seriam os determinantes finais da realidade. Linearmente, foi mal-entendido por muitos que o caráter Materialista Histórico de sua (de Marx) análise, significaria aceitar determinações da base econômica sobre as superestruturas jurídico-políticas e ideológicas como o vetor fundamental de explicação da sociedade, restando a ação de retorno como aspecto de menor impacto histórico de influência das superestruturas sobre a base produtiva.

As perspectivas reducionistas (objetivistas, racionalistas, economicistas, positivistas) de algumas correntes do marxismo compreendem que o todo (que seria representado na economia-sistema capitalista ou socialista) determinaria-explicaria as partes (elementos da superestrutura). Dessa simplificação empobrecedora da compreensão da realidade, decorre, inclusive, a concepção de que as lutas chamadas de parciais: feminismo, anti-racismo, anti-xenofobia, liberdade de orientação sexual, questão de gênero; estariam submetidas e determinadas pela luta central classista operária. Resolvida a grande divisão social central, todas as outras desigualdades estariam solucionadas, visto que seriam todas subalternas em relação à luta de classes.

Regredindo a uma forma de racionalismo teórico, a economia política crítica foi transformada por alguns grupos numa teoria da permanente crise do capital que tudo explicaria, por significar a expressão de uma essência da sociedade atual, cujas manifestações singulares, parcelares ou de qualquer outro tipo (gênero, etnia, sexualidade etc.), seriam apenas variações fenomênicas de menor importância. A própria realidade viva e dinâmica estaria reduzida a uma manifestação fenomênica da essência determinadora expressa pela teoria da economia política crítica marxista.

A história real, constituída pela ação humana e suas motivações pessoais, inserida em relações sociais de produção (e reprodução), ficaria, dessa forma, subsumida a determinações da economia sobre o mundo da cultura, sobre as relações e estruturas políticas e sobre a própria ação social, pressupondo e determinando uma objetividade das estruturas sociais que submeteria completamente a subjetividade humana numa linearidade de condicionamento unidirecional da base (economia) sobre a superestrutura social (política e cultura).

Esse aspecto particular da influência da subjetividade e da própria compreensão de como se constitui essa subjetividade é o foco do que aqui queremos desenvolver como elemento de síntese da Dialética clássica (Marx, Lukács, Kosik *inter alii*) e das atualizadoras (século XX) contribuições das ciências humanas. Essas perspectivas teóricas e estudos inovadores tiveram expressão particularmente importante para a dialética através do marxismo interdisciplinar e acadêmico do grupo nucleado teoricamente em Frankfurt (Marcuse, Horkheimer, Benjamin,

Adorno, Bloch, Fromm), da perspectiva gnosiológica da Fenomenologia marxista de Merleau-Ponty e dos aportes críticos do existencialismo de Sartre.

A relação Sujeito-Objeto e a Dialética no processo do conhecimento

A Filosofia da Ciência tem o tema da relação entre sujeito e objeto como elemento central na definição das teorias do conhecimento. Todas as questões de método decorrem do estabelecimento inicial da compreensão desta relação, tradicionalmente, com a definição de qual desses elementos é o centro do processo. Efetivamente, quando dizemos que há conhecimento, expressamos que alguém sujeito conhece algo objeto, parte ou todo da realidade.

Ao longo da história da filosofia e da ciência, as várias correntes que pugnaram por explicar o processo do conhecimento partiram de um polo ou outro, sujeito e objeto, como definidor da construção do saber, elegendo os processos de indução ou dedução como ponto de partida gnosiológico e epistemológico. Privilegiou-se ora o racionalismo, ora o empirismo, como meio de investigação e construção científica e filosófica, conferindo maior ênfase a posturas idealistas ou realistas conforme o polo primaz escolhido.

Construiu-se, desta forma, sem deixar de reconhecê-las, grandes contribuições à Filosofia e à Ciência, aportadas por várias correntes, metodologias de conhecimento, sempre dicotômicas e parciais pela negação ou redução do polo desvalorizado, com prioridade conferida ao elemento originário do conhecimento, fosse o Sujeito ou o Objeto. A filosofia e a ciência, tradicionalmente, são ou objetivistas: objetivismo, realismo, empirismo, indutivismo; ou subjetivistas: subjetivismo, idealismo, racionalismo, dedutivismo. Privilegiando por vezes o elemento da Prática da Pesquisa - polo do objeto -, por outras o aspecto da Reflexão e desenvolvimento da Teoria - polo do sujeito.

Considerando esse ponto como dado inicial, debate posto e já muito explorado, partiremos da postulação de que a Dialética é uma metodologia que busca superar essa dicotomia por incorporação dos dois polos em uma unidade relacional. Para a Dialética, Sujeito e Objeto somente existem interligados e inter-relacionados no processo do conhecimento. O conhecimento se inicia pelo estabelecimento da relação mesma entre esses polos, relação que é algo vital, essencial à existência de cada um desses elementos aparentemente opostos. Vital referente a sua importância inarredável e, ao mesmo tempo, vital no sentido de vivida. A relação sujeito-objeto é inerente à Vida Social, em que o ser humano se confronta-encontra e relaciona com os outros - neste sentido os outros são objetos de ação-relação-conhecimento - e com o mundo objetivo-objetal de coisas, estruturas, instituições, ideias.

Sujeito e Objeto gnosiológicos, filosóficos e científicos, inclusive, se constituem em suas identidades neste processo, mesmo somente existindo nesta relação mútua em que um ser humano-pensador-pesquisador define um objeto de interesse que, existindo por si, independente do conhecimento humano, se torna a partir dessa escolha o objeto, no sentido do conhecimento. Essa escolha-atividade de conhecer algo, por sua vez, é que caracteriza o ser humano referido como sujeito de conhecimento, tanto no sentido geral quanto nos sentidos filosófico e científico.

A questão central que nos interessa é que as vertentes iniciais da dialética desenvolvida pelo Materialismo Histórico a partir de Marx, e filosoficamente consolidada e analiticamente desenvolvida pelas contribuições de Georg Lukács e Karel Kosik, se contém no campo da racionalidade ou privilegia o enfoque da ação humana como ação racional (ARRAIS NETO e ARRAIS, 2014). A relação de conhecimento do mundo, tendo no Trabalho sua atividade de base, ontologicamente constituidora do Ser Social, considera a ação humana como teleologicamente motivada pela racionalidade dos objetivos explícitos (conscientemente) da intervenção do ser humano, tanto no que se refere ao mundo dos objetos quanto ao mundo dos seus semelhantes e das relações sociais.

A ação humana teria sua teleologia, interesses e intenções contidas no projeto da ação definida a partir da motivação de fins dos quais o ser humano é consciente. Há algo que se declara explicitamente querer ou, até, efetivamente se pensa querer. A racionalidade declarada justifica que quero e porquê quero, e essa declaração da razão seria a expressão real dos interesses que moveriam a ação, a práxis humana. Mesmo a emergência do estranhamento, como processo posterior de não reconhecimento de si no produto da ação (produtiva ou social), que é aspecto central na teoria marxista da alienação e do fetichismo, não invalida ou desfaz, nesta perspectiva, o caráter de intencionalidade racional do fazer humano. O fetichismo e o estranhamento se apresentam como processos sociais-produtivos-culturais complexos que obnubilam a relação com a realidade. A possibilidade da compreensão distorcida, enganosa, falseada da realidade é o limite de uma racionalidade que não pode compreender, por exemplo, uma ação deliberada autodestrutiva ou absolutamente irracional e emotiva, senão no campo do transtorno mental.

Estaríamos, ademais, todos nós, histórica e socialmente situados como sujeitos dessa ação, o que seria seu aspecto fundamental de condicionamento, para não utilizarmos o termo: determinação, claramente mais mecanicista. Pertencemos a uma Classe, estruturada a partir das relações de trabalho e produção, que seria a categoria mais profundamente definidora de nossa práxis social histórica - o próprio processo de alienação e estranhamento, que explicam a

ruptura sujeito-classe, se caracteriza a partir das definições da classe social. Não pensamos ou nos situamos como indivíduos isolados.

Efetivamente, a Dialética reconhece, já como reflexo de influências anteriores a Marx, que pensamos, e conseqüentemente, agimos, a partir dos contextos estabelecidos pelos grupos sociais aos quais pertencemos. Estes, por sua vez, refletem condicionamentos sócio-históricos de suas épocas e lugares geopolíticos. No entanto, a Classe Social, como grupo definidor fundamental de nossa ação, mesmo sendo algo difuso, grupo ao qual se pertenceria primariamente de forma objetiva (relação em-si) e só secundariamente se constituiria a pertença consciente (relação para-si)⁶, seria a coletividade central no condicionamento da ação humana histórica, e é compreendida nesse sentido como sujeito supra-pessoal.

O processo de trabalho é definido como a ação humana paradigmática, além de constituidora ontológica do ser humano como Ser Social. Esse processo ontologicamente paradigmático é muitas vezes considerado - principalmente por leitores limitados da ontologia lukacsiana - como uma essência última, inextricável, que se manifestaria em todo e qualquer ato humano. A forma do processo de trabalho humano, como ação transformadora da realidade natural, pela rearticulação de seus condicionantes objetivos, postos pela natureza - o objeto natural conforme suas características próprias - acontece pela imposição da teleologia subjetiva, projeto consciente do ser trabalhador sobre essa determinação original. Atinge-se, pela interposição do projeto subjetivo consciente, a transformação do objeto natural, com suas características objetivas, em objeto social, cultural, histórico, humano, que passa a constituir, a partir dessa nova pertença, um novo tipo de objetividade condicionante da história causalidade posta.

Resumidamente, o ser humano constrói o mundo histórico por sua ação social, que é ação intencional racional - subjetividade que estabelece projetos transformadores, teleologia - sobre elementos da natureza, com suas características próprias e reais (objetividade, causalidade), transformando-a em mundo humano, social, cultural (causalidade posta) que também tem características próprias objetivas. Neste procedimento, ele estabelece relações com outros seres humanos, com interesses e intenções (teleologia secundária) que são também definidos conscientemente e racionalmente, mesmo que maculados pelo estranhamento e alienação.

Todo esse complexo tecido de ações sociais individuais e coletivas, tem na consciência e na razão seu elemento de intenção motivadora. Na leitura tradicional do Materialismo

⁶ Cf. Lukács, 2003.

Histórico, principalmente em se tratando de ação política ou histórica coletiva, a racionalidade classista é o referencial que motivaria e explicaria a intencionalidade dos sujeitos históricos. A única alternativa possível para a ação efetivamente consciente, no quadro da racionalidade seriam a consciência e a razão distorcidas pela ignorância, reflexo da mistificação da realidade pela ideologia como fenômeno parcial e igualmente classista, ou pela má-fé dos contrarrevolucionários.

A ação humana que ultrapasse a racionalidade será identificada com o patológico. Efetivamente, nesta perspectiva, a irracionalidade desconectada de propósitos explicitáveis, a emoção e a afetividade, sem conexão com motivações racionalizáveis, serão varridas para os espaços e dimensões nosocomiais ou, no mínimo, em casos específicos, renegados como formas de subjetividade aburguesada.

A necessidade de atualizar a Dialética a partir das Ciências Humanas

Como reflexão conclusiva deste opúsculo, queremos remeter essa discussão à questão das contribuições enriquecedoras trazidas pelas Ciências Humanas (ASSOUN, 1991), e que estabelecem a Dialética como perspectiva epistemológica e gnosiológica ímpar para o estudo dessas mesmas Ciências Humanas. O aspecto central em torno do qual gravitam os elementos da dialética como teoria da ciência e do conhecimento diz respeito ao caráter objetivo da análise dialética. Esta objetividade, significando sua aproximação com a verdade estrutural da realidade é garantida, na perspectiva tradicional - do marxismo soviético ou marxismo ortodoxo - pela centralidade da Economia Política Crítica como viés de análise da realidade social, e pela racionalidade das opções teleológicas - dos projetos em nome dos quais se planeja e executa a ação - da ação social humana.

A ruptura definida pelas contribuições do Marxismo Ocidental, que tem na Escola de Frankfurt (ASSOUN, *op.cit.*) seu referencial e viés mais importante, se refere justamente a esses dois aspectos citados no parágrafo acima. Em primeiro lugar, o grupo de estudiosos e acadêmicos nucleados no Instituto de Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt, conhecido como Escola de Frankfurt representava várias áreas e disciplinas acadêmicas, a partir das quais desenvolveram sua reflexão, abrindo novos caminhos para a teoria social. Esta é a contribuição original da aplicação e desenvolvimento da análise dialética a vários campos do conhecimento social para os quais a economia era apenas indiretamente uma referência constituinte.

A ideia que a economia constituiria a infraestrutura, da qual a realidade política e cultural-ideológica decorreria numa determinação quase mecânica (com ação de retorno, mas

essencialmente a referência definitiva), decorria de uma leitura originalmente divulgada pelos partidos comunistas e seus teóricos, obedecendo a determinações de ortodoxia emanadas do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em seu período estalinista. Refletia uma primazia da ação político-partidária sobre qualquer outra instância, tornada revolucionária quando seguisse os ditames da vanguarda do proletariado revolucionário como se autointitulava a direção do partido.

Antes de se definir como acadêmico ou cientista Dialético ou do campo do Materialismo Histórico, debatê-lo ou defendê-lo e praticá-lo academicamente, os intelectuais comunistas de então - anteriores à concepção frankfurtiana do Marxismo Acadêmico - eram intelectuais membros do partido comunista. Essa era a instância de justificação teórica e política que conferia o *placit* de solidez e ortodoxia da dialética assumida.

A abertura de novos campos de estudo acadêmico e a necessária diversificação dos referenciais teóricos proporcionada por estudos que enfatizassem ou respeitassem elementos culturais, sociais, particularidades históricas de países, regiões ou povos, levou ao enriquecimento inegável de aportes teóricos e empíricos. A Antropologia, os estudos da História Cultural e de Costumes, a Sociologia, a Psicologia, a Arte (Artes Plásticas, Arquitetura, Música, Dança, Teatro), constituíram novos campos que demandavam teorias e metodologias de análise incorporadas de suas particularidades e especificidades. Com isto, já não mais presa do monolitismo da ortodoxia sob controle dos Partidos Comunistas, a Dialética rompeu o casulo que a aprisionava. O Materialismo Histórico foi apropriado por centenas de pensadores, acadêmicos ou não, que tinham a partir dessa nova realidade a possibilidade de elaborarem compreensões e elementos que considerassem mais adequados a suas realidades específicas, a suas áreas de atuação, incorporando à sua construção teórica suas perspectivas existenciais, suas construções pessoais, suas inclinações particulares de valoração dos elementos sociais.

A unidade uniformizada de análise dialética da tradição do marxismo soviético foi esfacelada, e seus estilhaços tiveram que ser recompostos numa unidade que inicialmente é construída a partir de seu caráter crítico da sociabilidade capitalista. Indo mais além do capitalismo e já incorporando a crítica ao modelo soviético, elabora mais amplamente a crítica à Sociedade Industrial, unidimensional de matriz ocidental, produtivista, consumista e científica.

O segundo aspecto inovador desenvolvido a partir dos estudos do Marxismo Acadêmico da Teoria Crítica se refere à superação - por transpasse, não por negação - do referencial único da razão (agir racional) como determinante da ação social e individual humana. Decorrendo do fato originário de que o marxismo e a Dialética Marxista se desenvolvem a partir do século

XIX, em época ainda anterior aos estudos da psique e, ainda mais importante, neste sentido, anterior aos estudos do Inconsciente, como expusemos anteriormente (ARRAIS NETO et ARRAIS, 2014), a práxis humana é compreendida na Dialética Marxista e no Materialismo Histórico, ditos ortodoxos, como práxis compreensível e circunscrita nos termos da racionalidade.

A existência do Inconsciente, como lugar ou estrutura do psiquismo humano marcado pelos aspectos emocional e afetivo, de base pulsional orgânica, com influência determinante na ação humana tem seus estudos deflagrados principalmente a partir das primeiras décadas do século XX, com a Psicanálise. Não cabe, obviamente, neste sentido, esperar que a formulação inicial do marxismo considerasse essas questões em sua análise. O marxismo carregou desde então essa marca originária histórica de uma forma de pensamento demarcada no campo da consciência e da racionalidade. Essa demarcação definiu uma teoria e metodologia de análise dos fenômenos sociais centrada na consideração da racionalidade essencial da ação humana.

Se o ser humano age motivado pela razão, se sua projeção teleológica é racional, o projeto da ação já é marcado pela escolha racional - explicitação de uma racionalidade em relação aos meios empregados para a ação e aos fins mesmos dessa ação. Essa racionalidade de escolha de meios e fins não seria atingida pelos elementos emocionais irracionais do ser humano: raiva, inveja, orgulho, desejos íntimos, prazer etc. Os elementos e aspectos da personalidade relativos a questões não conscientes ou a aspectos da ação desenvolvida a partir de fatores emocionais e afetivos são tidos como socialmente irrelevantes e apenas influentes no âmbito do indivíduo e de sua idiosincrasia, sem rebatimento na ação coletiva. Não se considera, nessa matriz de análise, a possibilidade ou a interveniência permanente dos fatores emocionais, afetivos e a 'carga histórica' das relações interpessoais como elementos definidores centrais da ação social (FREUD, 2009), que entendemos diferentemente como constituindo sempre um amálgama da ação humana pessoal e interpessoal, inconsciente e consciente.

Como adendo às contribuições teóricas da Escola de Frankfurt, alguns pensadores franceses participam da construção do século XX com elaborações marcantes que igualmente complexificam e enriquecem a nova totalização possível da dialética. O existencialismo, relido por Jean Paul Sartre (1985) em articulação com o marxismo, repõe os aspectos estruturantes da ação pessoal para além do mero indivíduo, inserindo-o em sistemas de relações e coletividades de sentido, de trocas e de construção recíproca que não negam, senão complexificam a ação determinada pela classe social, e estabelecem a liberdade de opção individual sobre os condicionantes sociais como característica inarredável do ser humano.

Por outro lado, Merleau-Ponty (2012), com uma construção epistemológica centrada numa gnosiologia baseada na percepção - que não se limita à percepção racional -, acrescentando elementos de incorporação do conhecimento-percepção, aponta para a existência de elementos estruturantes personalizados que influenciam de maneira determinante nas formas de consciência – saber – conhecer o mundo. O corpo, a corporalidade, suas vivências, as formas de relacionamento interpessoal afetivas e emocionais, sínteses perceptivas não racionalizáveis, são alguns dos aspectos acrescentados como pontos de complexificação de nossas racionalizações, que são compreendidas como tentativas explicativas resumidas ao campo intelectual. Estes são apenas alguns dos muitos campos de reflexão possíveis que observamos ao considerar essas contribuições sob um caráter não aforístico ou de oposição definitiva, mas como aspectos paralelos, tangenciais, entrecruzados ou adicionais, na complexa tessitura da realidade humana social.

É essa possibilidade de agregação de novos elementos de análise da ação social, pela incorporação dos estudos da psique, da compreensão das formas e influências do inconsciente (individual e coletivo), do papel das pulsões e complexos como determinantes da ação humana, da aceitação das contribuições do existencialismo crítico e da fenomenologia da percepção, que apontamos como aspectos inovadores e enriquecedores da Dialética tradicional. Essa dialética ampliada representa a abertura de perspectivas inexploradas e campos amplos de análise dos processos históricos e do agir humano que poderão levar à compreensão mais complexa e concreta da realidade social. Cabe-nos como tarefa a superação das formas de pensamento que concebem a pluralidade de enfoques como aporias e contradições, sem perceber as possibilidades de enriquecimento, de crítica, de complementaridade e unidade complexa que representam.

Abre-se a tarefa de ampliar nossos estudos, superando nossos próprios limites e aqueles que nos foram impostos (consciente e inconscientemente). Chegamos ao tempo de atentarmos para uma construção dialeticamente inclusiva, que partindo dos fundamentos clássicos do Materialismo Histórico, repense a Dialética não apenas com as categorizações e teorias tradicionais de Marx, Lenin, Gramsci, Lukács e dos grandes autores soviéticos (Vygotsky, Leontiev, Krupskaja, Pistrak, entre outros), mas que incorpore contribuições e críticas da Dialética Negativa (de Theodor Adorno) ou da Crítica à Razão Dialética (de Sartre) e da consideração da Fenomenologia da Percepção (de Merleau-Ponty), apenas para citar três obras e autores que teremos que visitar para permanecermos dignos da herança intelectual do maior e mais auto-crítico dos clássicos do pensamento humano: Karl Marx.

Referências

- ADORNO, Theodor. **Dialética Negativa**. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.
- NETO, E. A.; ARRAIS, R. H. Dialética, marxismo multidisciplinar e os estudos da psique. **Revista Labor**, v. 1, n. 12, p. 21-40, Jun. 2014. Acesso em: 26/10/19
- ASSOUN, Paul-Laurent. **A escola de Frankfurt**. São Paulo, Ática, 1991.
- ATTALI, Jacques. **Karl Marx ou L'esprit du monde**. Paris, Fayard, 2005.
- BENSAID, Daniel. **Marx, manual de instruções**. São Paulo, Boitempo, 2014
- FREUD, Sigmund. **O mal-estar na Cultura**. Porto Alegre, LP/M, 2011.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro-RJ, Editora Civilização Brasileira, 1987. 7ª ed.
- ILYENKOV, Evald. **Dialectics of the Abstract and the Concrete in Marx's Capital**. Moscou, Progress Publishers, 1982.
- IANNI, Octávio (org). **Marx**. São Paulo, Ática, 1992.
- KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Porto Alegre, LPM, 2011.
- LUKÁCS, Georg. **História e Consciência de Classe**. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- MATTHEWS, Eric. **Compreender Merleau-Ponty**. Petrópolis, Vozes, 2010.
- McLELLAN, David. **Karl Marx – Vida e Pensamento**. Petrópolis, Vozes, 1990.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **As Aventuras da Dialética**. São Paulo, Martins Fontes, 2006.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **O Visível e o Invisível**. São Paulo, Perspectiva, 2012.
- SARTRE, Jean-Paul. **Critique de la Raison Dialectique**. Paris, Gallimard, 1985.

Enviado em: 29/10/2021.

Aceito em: 26/12/2021.

Publicado em: 23/01/2022.